

Concessionária Move São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 19.368.924/0001-73
Relatório dos Administradores

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Permanecemos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. São Paulo-SP, 25 de março de 2015. *A Administração*

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em milhares de reais		
	2014	2013
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	176.748	45.518
Ativo Financeiro – concessão de serviços públicos (Nota 6)	26.785	–
Impostos a recuperar	1.141	–
Adiantamentos a terceiros	11	–
Despesas antecipadas (Nota 7)	1.612	1.580
	206.297	47.098
Não circulante		
Despesas antecipadas (Nota 7)	5.072	6.896
Recursos vinculados a desapropriações (Nota 8)	559.146	–
Impostos de renda e contribuição social diferido (Nota 9)	479	–
Imobilizado (Nota 10)	1.008	–
Intangível (Nota 11)	10.385	5.153
	576.090	12.049
Total do ativo	782.387	59.147

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 – Em milhares de reais

1. Informações gerais – A Concessionária Move São Paulo S.A. (“Move São Paulo” ou “Companhia” ou “Concessionária”), é uma sociedade anônima de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, fundada em 25 de novembro de 2013 e possui sede localizada no município de São Paulo, Estado de São Paulo. Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 – Laranja de metrô da cidade de São Paulo, contemplando a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção, exploração e expansão da Linha 6 – Laranja (“Empreendimento”), sendo permitido à Companhia realizar projetos associados e auferir receitas acessórias, nos termos e condições do “Contrato de Concessão” firmado entre o Estado de São Paulo (“Poder Concedente”) e a Concessionária. Tem seu controle em forma compartilhada pelas sócias Little Rock Participações S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A. e UTC Participações S.A., incluindo a participação do Eco Realty Fundo de Investimento em Participações “FIP”. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia encontrava-se em fase operacional de implantação das instalações do empreendimento. A Companhia possui junto ao Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da sua Secretária de Estado dos Transportes Metropolitanos, o Contrato de Concessão Patrocinada Nº 015/2013, no âmbito da Concorrência Internacional nº 004/2013, Processo STM nº 000770/2012 – PPP da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, realizada em sessão pública de recebimento e abertura das propostas em 31 de outubro de 2013:

Trecho	Extensão	Estações	Terminais de Integração
Brasiliândia – São Joaquim	15,3 km	15	3

A Linha 6 – Laranja de metrô de São Paulo, que se integrará ao sistema metroferroviário da Região Metropolitana de São Paulo, compreende uma linha com 15,3 Km de extensão no trecho Brasiliândia – São Joaquim, abrangendo 15 estações enterradas, sendo estas as estações Brasiliândia, Vila Cardoso, Itaberaba, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, SESC Pompéia, Perdizes, PUC-Cardoso de Almeida, Angélica/Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis, Bela Vista e São Joaquim, incluindo um pátio de estacionamento e manutenção de trens, intitulado Pátio Morro Grande. **(a) Contrato de concessão patrocinada de serviços públicos de transporte de passageiros da linha 6 laranja do Metrô do município de São Paulo:** A Companhia tem a sua operação de prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da linha 6 laranja do metrô do município de São Paulo contratada com o Poder Concedente pelo prazo de 25 anos de concessão, sendo 6 anos para fazer a implantação da linha e, na sequência, mais 19 anos para operá-la, com vigência iniciada a partir do dia 20 de maio de 2014 e término em 19 de maio de 2039. De acordo com o contrato, a Companhia estará obrigada a operar a concessão em 03 fases progressivas, envolvendo as seguintes funções: **Fase I** – Execução da infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada operação da Linha 6; **Fase II** – Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6, com todas as suas estações, no trecho Brasiliândia – São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos às funções de operação e manutenção da linha, com o funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros e da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial em parâmetros compatíveis com a demanda. **Fase III** – Expansão dos serviços de transporte concedido, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, no trecho compreendido entre Brasiliândia – Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante. A participação da Concessionária na operação e manutenção dos serviços da Fase III é obrigatória, e a execução das obras civis da expansão, bem como instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante fica condicionada à sua expressa aceitação. A execução de expansão da Linha 6, Fase III, será objeto de Termo Aditivo ao Contrato, devendo sua remuneração ser mensurada pela utilização do método do Fluxo de Caixa Marginal, conforme descrito na Cláusula Vigésima Segunda. A empresa encontra-se atualmente cumprindo a fase I do contrato de concessão. **(b) REIDI – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura:** A Companhia teve reconhecido seu enquadramento e habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI, conforme Portaria do Ministério das Cidades nº 504/2014 e do Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 293 de 05 de novembro de 2014. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infra-estrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. **(c) ICMS – Regime Especial Convênio ICMS de Incentivos para implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo:** A Companhia teve reconhecido seu credenciamento no Regime Especial de ICMS relativo à Portaria CAT 03/2013 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, conforme comunicado DEAT – Série Regime Especial nº 92/2015, publicado no Diário Oficial do Estado em 12 de março de 2015. As pessoas jurídicas beneficiárias do Convênio ICMS estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação na Linha 6 Laranja do Metrô de São Paulo, sem a incidência do Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços – ICMS. **(d) Licença de instalação:** A Concessionária obteve, em 27 de novembro de 2014, a Licença Ambiental de Instalação nº 2329 expedida pela CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Secretária de Estado do Meio Ambiente, Governo do Estado de São Paulo.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e consideram o custo histórico com base no valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em 25 de março de 2015. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua – moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras. **2.3. Ajuste ao valor presente:** Os ativos e passivos

Passivo e patrimônio líquido		
	2014	2013
Circulante		
Fornecedores (Nota 12)	3.213	21
Seguros (Nota 7)	2.108	233
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	157.260	–
Obrigações com pessoal	437	–
Impostos e contribuições a recolher	372	–
	163.390	254
Não circulante		
Seguros (Nota 7)	4.663	6.896
Impostos sobre receita diferidos (Nota 14)	4.168	–
Outras obrigações (Desapropriações) (Nota 8)	559.146	–
	567.977	6.896
	731.367	7.150
Total do passivo		
Patrimônio líquido (Nota 15)		
Capital social	52.000	52.000
Prejuízos acumulados	(980)	(3)
Total do patrimônio líquido	51.020	51.997
Total do passivo e patrimônio líquido	782.387	59.147

Demonstração dos Resultados		
Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais		
	2014	2013
Receita Líquida de Construção de Concessão	231.525	–
Custo de Construção de Concessão	(231.525)	–
Resultado bruto do exercício		
Despesas operacionais (Nota 16)	(4.678)	(165)
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros	(4.678)	(165)
Resultado financeiro, líquido (Nota 17)	3.222	162
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.456)	(3)
Imposto de renda e contribuição social	479	–
Prejuízo do exercício	(977)	(3)
Prejuízo do exercício por ação do capital social – R\$	0,00	0,00

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada uma vez que não há outros resultados abrangentes além do prejuízo do exercício.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais			
	Capital social	Prejuízos acumulados	
	Subscrito	A integralizar	Total
Em 31 de dezembro de 2012			
Integralização de capital	520.000	(468.000)	–
Prejuízo do exercício	–	–	(3)
Em 31 de dezembro de 2013	520.000	(468.000)	(3)
Prejuízo do exercício	–	–	(977)
Em 31 de dezembro de 2014	520.000	(468.000)	(980)
			51.020

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
	2014	2013
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.456)	(3)
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações		
Depreciação	43	–
Juros sobre empréstimos	7.260	–
Atualização ativo financeiro	(4.221)	–
Atualização AVP despesas antecipadas	(25)	–
	1.601	(3)

(Acréscimo)/decréscimo nos ativos operacionais

Ativo financeiro	(22.564)	–
Impostos a recuperar	(1.141)	–
Adiantamentos a terceiros	(11)	–
Despesas antecipadas	1.817	(8.476)
	(21.899)	(8.476)

Acréscimo/(decréscimo) nos passivos operacionais

Varição dos fornecedores e outras contas a pagar	2.834	7.150
Varição das obrigações sociais e trabalhistas	437	–
Varição dos tributos a recolher	4.540	–
	7.811	7.150
	(14.088)	(1.329)

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.051)	–
Aquisição de ativo intangível	(5.232)	(5.153)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.283)	(5.153)

Atividades de financiamento

Empréstimos e financiamentos obtidos	150.000	–
Aumento/ integralização de capital	–	52.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	150.000	52.000

Variação

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45.518	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	176.748	45.518
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	131.230	45.518

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

sação, que representa o valor justo na data. **2.12. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **2.13. Provisões:** As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações. **2.14. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é

continua ...

... continuação

Concessionária Move São Paulo S.A.

reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia, de acordo com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. **2.15. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias. **2.16. Capital social:** As ações do capital social são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido. **2.17. Apurações do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme CPC 17 – Contratos de Construção, ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo de construção na demonstração do resultado do exercício e é apurado a receita de construção. As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro e o ativo intangível, na proporção dos recebimentos com direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e a parcela remanescente classificada como ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras, sendo capitalizadas as despesas financeiras nos montantes correspondentes ao ativo intangível, permanecendo no resultado do período a despesa financeira correspondente ao ativo financeiro, na proporção de constituição de ativo financeiro e ativo intangível a partir da bifurcação das receitas/custos de construção da concessão. **2.18 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. • IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em sua operação. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. Se o resultado final (nas áreas analisadas) apresentasse uma diferença de 10% em relação às estimativas da administração, a Companhia precisaria: • reduzir o ativo de imposto de renda diferido em R\$ 48, no caso de uma diferença desfavorável; ou • aumentar o ativo de imposto de renda diferido em R\$ 48, no caso de uma diferença favorável.

4. Gestão de risco financeiro – (a) Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. **(i) Risco de crédito:** Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **(ii) Risco de liquidez:** O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração o estudo financeiro para execução da obra, bem como os planos de obtenção de recursos de terceiros para financiar parte da construção. Os recursos financeiros da Concessionária Move São Paulo são obtidos através de aporte de capital dos sócios, aporte do Poder Concedente, da captação de empréstimos bancários, e das receitas da prestação de serviços – contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente e receitas tarifárias – e receitas acessórias de exploração da linha, sendo parte dos recursos destinados para o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados. O excesso de caixa mantido é investido em contas bancárias com incidência de juros e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez. Na data do balanço, a Companhia mantinha recursos de curto prazo de R\$ 176.748 (2013 – R\$ 45.518) que se espera serem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos registrados no circulante: (i) empréstimos de R\$ 157.260; e (ii) fornecedores, no montante de R\$ 3.213. Desses passivos, os empréstimos venceram em janeiro de 2015 e foram liquidados com os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. **(b) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **(c) Estimativa do valor justo:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a administração entende não ser necessária divulgação adicional. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e financiamentos estão contabilizados pelo

custo amortizado e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Desta forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa. **(d) Instrumentos financeiros por categoria:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	2014	2013
	Nível 2	Nível 2
Recebíveis – caixa e equivalentes de caixa	176.748	45.518
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado de Concessão de Serviços Públicos	26.785	–
Total Ativo	203.533	45.518
Passivos, conforme o balanço patrimonial	157.260	–
Empréstimos a pagar	46.273	45.518
5. Caixa e equivalentes de caixa	2014	2013
Contas-correntes	126	23
Aplicações financeiras (*)	176.622	45.495
	176.748	45.518

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados, remuneradas à taxa média de 100% a 102% da variação do CDI.

6. Ativo Financeiro – concessão de serviços públicos – O Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013, no âmbito da Concorrência Internacional nº 004/2013, Processo STM nº 000770/2012, celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária) regulamenta a implantação da linha e operacionalização de serviços públicos pela Companhia, onde: • O contrato estabelece quais serviços o operador deve prestar e para quem (usuários) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos usuários, e o operador tem como obrigação, no término da concessão, de entregar a infraestrutura construída em plena condição para manutenção dos serviços públicos. Para cumprir com estas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • O preço é regulado através de mecanismo de remunerações e tarifas estabelecidos no contrato de concessão com base na fórmula paramétrica (Parcelas A e B), além do aporte de recursos pelo Poder Concedente para implantação, bem como são definidas as modalidades de reajustes das remunerações e tarifas estabelecidas em contrato. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões e de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de prestação de serviços de transporte de passageiros, abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, da remuneração tarifária por passageiro transportado e receitas acessórias pela exploração do empreendimento. A infraestrutura em construção para prestação de serviço será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através da remuneração da contraprestação pecuniária e aporte de recursos pelo Poder Concedente; e (b) parte como receita tarifária por passageiro transportado e receitas acessórias pela exploração do empreendimento. A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro de concessão tem a seguinte composição:

	Ativo Financeiro		Total
	Circulante	Não Circulante	
Em 31 de dezembro de 2013			
Adições do exercício	235.200	–	235.200
Deduções do exercício	(208.415)	–	(208.415)
Em 31 de dezembro de 2014	26.785	–	26.785

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

7. Despesas antecipadas/Seguros – O saldo refere-se ao prêmio da apólice de seguro contratada para garantia de fiel cumprimento do contrato de concessão, conforme exigência prevista no contrato de concessão. O valor do prêmio é de R\$ 8.619 dividido em 5 parcelas anuais de R\$ 1.724. Parte do valor foi pago em 2014 e o saldo possui vencimento em janeiro de cada ano, sendo a última em 18 de janeiro de 2018. O valor da base de cobertura contratual do seguro é atualizada da anualmente, em dezembro de cada ano, gerando endosso de apólice e encargo de prêmio complementar em dez/2014 no valor total de R\$ 384, com vencimento para fev/2015.

8. Recursos vinculados a desapropriações/ Outras obrigações (Desapropriação) – Conforme estipulado no contrato de concessão, foi aberta conta bancária de titularidade da Concessionária, cuja administração é regida por um contrato de administração de prestação de serviços de conta vinculada firmado entre a Concessionária, o Poder Concedente e Banco do Brasil, com movimentação restrita, destinada ao fluxo de pagamentos de desapropriações no âmbito do projeto de implantação da Linha 6. A Concessionária é a responsável por conduzir a desapropriação dos imóveis, mediante processo judicial, sendo que todos os depósitos necessários realizados no bojo dos processos judiciais serão pagos pela Concessionária, mediante o recebimento de aportes de recursos realizados pelo Poder Concedente na conta vinculada, de modo que todos os valores aportados pelo Poder Concedente constituem obrigação de liquidação de pagamentos dos processos de desapropriação. O Poder Concedente tem a obrigação de custear todas as despesas necessárias para a obtenção da posse ou domínio sobre a área expropriada, inclusive aqueles determinados pelo juízo nos processos de desapropriação mediante o aporte de recursos na conta vinculada. Dessa maneira, a Concessionária deve conduzir os processos judiciais até sua efetiva conclusão, realizando os respectivos pagamentos com os aportes de recursos recebidos do Poder Concedente, e, após o pagamento da justa indenização ao desapropriado, conforme definida em sentença definitiva, transitada em julgado, deve registrar a carta de adjudicação do imóvel desapropriado em nome do Poder Concedente perante o respectivo Cartório de Registro de Imóveis. Os valores em aberto nesta data-base são os apresentados a seguir:

	2014	2013
Conta corrente vinculada a desapropriações	39.107	–
Depósito judicial conta desapropriações	520.039	–
Total recursos vinculados a desapropriações	559.146	–

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo Fiscal e base negativa	1.477	1.477	3	3
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda Diferido	346	133	1	–

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento con-

tábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Conforme plano de negócio realizado pela Companhia, os prejuízos fiscais apurados serão compensados nos exercícios seguintes. Tendo em vista que a Companhia está em fase de implantação da operação, esses prejuízos já estariam previstos, suportando assim os valores contabilizados. No decorrer dessa fase de implantação a Companhia confirma a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado no referido plano de negócio. Tal plano corresponde à melhor estimativa da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

10. Imobilizado – O imobilizado corresponde aos itens adquiridos para estrutura administrativa inicial do empreendimento e é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens ou o prazo de concessão, o que ocorrer primeiro. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Os saldos e respectivas taxas de vida útil praticadas são as apresentadas a seguir:

		2014	2013
	Custo imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo residual
Instalações	532	(28)	504
Móveis e utensílios	306	(13)	293
Máquinas e aparelhos	3	–	3
Equipamentos informática	210	(2)	208
	1.051	(43)	1.008
11. Intangível			2014
Estudos e Projetos			5.153
Tecnologia da informação – software			291
Intangível – Concessão			4.941
			10.385
			5.153

Os ativos intangíveis em formação correspondem aos custos incorridos em decorrência do contrato de concessão e são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/construção, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. A amortização do Intangível iniciará no momento que a Companhia entrar em fase de operação.

12. Fornecedores – O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente a valores a pagar por compras de materiais e serviços para implantação e gerenciamento da obra da Linha 6 Laranja do metrô do Município de São Paulo.

13. Empréstimos e Financiamentos – Os empréstimos e financiamentos firmados pela Move São Paulo até 31 de dezembro de 2014 tem como objetivo a cobertura da mobilização inicial prevista à estruturação financeira em curso do projeto, cuja captação de curto prazo está prevista no plano de negócios. Os recursos foram obtidos em Agosto de 2014 através da emissão de notas promissórias comerciais de curto prazo (180 dias), em reais, com encargos correspondentes a CDI + 1,70% a.a, junto às instituições financeiras abaixo descritas:

Instituição financeira	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013
Banco Santander	39.315	–
Banco BTG	39.315	–
Banco Credit Agricole	26.210	–
Banco Bradesco	26.210	–
Banco HSBC	26.210	–
	157.260	–

14. Impostos sobre Receita Diferidos – Os impostos diferidos sobre a Receita Bruta são contabilizados de acordo com os aportes de recursos realizados pelo Poder Concedente, em cumprimento ao contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013, e Lei nº 11079/2004, cujo encargo sobre a receita é reconhecido de forma diferida, para alocação via depreciação ou extinção da concessão, conforme lei 12.995/2014. O valor aportado foi de R\$208.415, gerando base de receita bruta diferida com aplicação da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta na alíquota de 2%.

	2014	2013
INSS sobre Receita Bruta – Diferido	4.168	–
	4.168	–

15. Patrimônio líquido – (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social subscrito é de R\$ 520.000 e o integralizado é de R\$ 52.000, representado por ações sem valor nominal, como segue:

	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Eco Realty – Fundo de Investimento em Participações	248.040.000	47,70%	24.804
Little Rock Participações S.A.	101.972.000	19,61%	10.197
Construtora Queiroz Galvão S.A.	101.972.000	19,61%	10.197
UTC Participações S.A.	68.016.000	13,08%	6.802
	520.000.000	100,00%	52.000

Os acionistas em dezembro de 2013 fizeram, em consonância com o determinado em contrato de concessão e estatuto social, integralizações de capital a partir dos aportes no montante total de R\$ 52.000, no valor nominal e unitário de R\$1,00, as quais já estavam subscritas na data de 25 de novembro de 2013. Os acionistas terão o direito de preferência na subscrição de ações e/ou outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, proporcionalmente ao número de ações detidas. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias de acionistas. **(b) Destinação do resultado:** Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria. **(c) Acordo de acionistas:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem em Tribunal Arbitral a ser constituído na Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (“Câmara”).

	2014	2013
16. Despesas operacionais		
Salários, encargos e benefícios	(3.039)	–
Seguro de fiel cumprimento de contrato concessão	(720)	(144)
Despesas com manutenção das instalações administrativas	(324)	–
Despesas de viagens e estadas	(193)	–
Serviços de consultoria e prestação de serviços	(390)	(21)
IPTU e impostos e taxas diversas	(12)	–
	(4.678)	(165)
	2014	2013

	2014	2013
17. Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras		
Receita de aplicação	7.055	162
Apropriação Receita AVP	342	–
Atualização Ativo Financeiro	4.221	–
	11.618	162

	2014	2013
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	7.262	–
Encargos sobre disponibilização de crédito	816	–
Apropriação Despesa AVP	317	–
Outras despesas financeiras	1	–
	8.396	–
	3.222	162

18. Compromissos vinculados ao contrato de concessão – A Companhia assumiu compromissos de investimentos de acordo com o seu contrato de concessão a serem cumpridos até o final do prazo da concessão, no montante estimado de R\$ 11.714.442 em 31 de dezembro de 2014

continua ...

